



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos brasileiros"
CONTROLE INTERNO

Relatório 283/2024/CI/DPG

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO - DPE

Em atendimento a Instrução Normativa nº 002/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Roraima - TCE/RR, apresentamos o relatório referente ao exame da prestação de contas anual quanto aos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Defensoria Pública do Estado de Roraima - DPE/RR.

Ressalta-se que o Controle Interno possui a atribuição de planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades necessárias à fiscalização interna das unidades administrativas da DPE/RR, conforme disposto na Lei Estadual nº 853/2012. Sendo esta, a unidade responsável por verificar o desempenho das atividades administrativas, controlando o cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos pela administração, bem como promovendo as atividades de Auditoria, com vistas a contribuir para fortalecer e assessorar a gestão, dentro de suas especificidades no âmbito da instituição.

Avaliação da Conformidade das Peças

Trata-se de análise da conformidade das peças da Prestação de Contas de Gestão da DPE/RR do exercício de 2023, conforme estabelecido no Art. 3º da IN nº 002/2017 - TCE/RR, verificando a estrutura dos documentos definidos no Manual de Elaboração da Prestação de Contas de Gestão de 2023 - TCE/RR.

No que se refere ao conteúdo exigido, o TCE/RR disponibilizou as diretrizes de elaboração para as Unidades Jurisdicionadas - UJ, inclusive criando uma plataforma no site (Sistema RoraiContas) pelo qual as UJ's puderam alimentar as informações pertinentes à prestação de contas.

Quanto ao Manual de Elaboração da Prestação de Contas de Gestão de 2023 - TCE/RR, destaca-se que este trouxe orientações acerca da estrutura e apresentação das informações prestadas pelo gestor, a DPE/RR se enquadra como órgão da Administração Direta do Estado e, portanto, apresenta a prestação de contas de forma individual. Os documentos pertinentes à Prestação de Contas de Gestão foram apresentados conforme Manual do TCE/RR, e em conformidade da natureza jurídica da DPE/RR. Após disponibilização dos documentos, o Controle Interno da DPE/RR obteve acesso às informações das contas, na forma estabelecida pelo Art. 3º da IN nº 002/2017 - TCE/RR.

O Rol de responsáveis apresentado no sistema RoraiContas atende às exigências das IN nº 002/2017 e 003/2017 do TCE/RR.

As considerações em relação a profundidade e ao formato da apresentação das informações de cada tópico do conteúdo exigido pelo TCE/RR serão analisadas no decorrer deste relatório.

I - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA DPE/RR REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2023, NOS TERMOS DO ART. 74, II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A análise dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no exercício de 2023, realizou-se nos termos evidenciados a seguir.

Compreende o resultado da gestão orçamentária, financeira e patrimonial ocorridos até 31 de dezembro de 2023 e a demonstração das variações patrimoniais para o exercício findo nessa data, com as correspondentes notas explicativas.

1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, evidenciando o resultado orçamentário do exercício, assim como o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 9ª Edição.

Segundo a Lei nº 1.795, de 19 de Janeiro de 2023, a despesa fixada para o exercício de 2023, perfaz o total de R\$ 91.728.628,00 (noventa e um milhões setecentos e vinte e oito mil e seiscentos e vinte e oito reais). No decorrer do exercício foram suplementados, por excesso de arrecadação, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e recebido por meio do Convênio Federal nº 931.601/2022, celebrado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o valor de R\$ 1.469.447,54 (um milhão quatrocentos e sessenta e nove reais quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). Por fim o orçamento foi atualizado para o valor de R\$ 98.198.075,54 (noventa e oito milhões cento e noventa e oito mil setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Essas dotações orçamentárias foram utilizadas na execução de todos os processos de trabalho da DPE/RR.

O Resultado Orçamentário da execução da receita com as despesas empenhadas.

Receitas Realizadas	Despesas empenhadas	Superavit
98.304.807,63	97.691.830,45	612.977,18

Tabela 1

No que concerne à execução da despesa, do valor total empenhado, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados - RPNP para o exercício seguinte o valor de R\$ 1.679.150,27 (um milhão seiscentos e setenta e nove mil cento e cinquenta reais e vinte e sete centavos) e o valor de R\$ 674.657,76 (seiscentos e setenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos) em Restos a Pagar Processados.

Foi executado no exercício de 2023 do pagamento de RPNP no total de R\$ 1.113.733,71 (um milhão cento e treze mil duzentos setecentos e trinta e três reais e setenta e um centavos), referente à soma dos valores de RPNP do exercício e consignações de RPNP. Sendo os valores coadunáveis com Balanço Financeiro, Demonstração da Dívida Flutuante, FIP 226 - Demonstrativo de Restos a Pagar emitido pelo Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – FIPLAN. Destacando o cancelamento do valor de R\$ 75.988,91 (setenta e cinco mil, novecentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos), bem como consta o pagamento de restos a pagar processados no valor de R\$ 476.588,09 (quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta e oito reais e nove centavos).

2. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, Anexo 13 (art. 103 da Lei 4.320/64), tem por objetivo demonstrar a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos procedentes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em 31/12/2023, a disponibilidade financeira que passa para o exercício seguinte foi no valor de R\$ 3.093.110,78 (um milhão noventa e três mil cento e dez reais e setenta e oito centavos).

O Balanço Financeiro de 2023, apresentou o resultado financeiro positivo na ordem de R\$ 1.334.008,88 (um milhão, trezentos e trinta e quatro mil oito reais e oitenta e oito centavo), o valor resulta da diferença entre o Saldo Disponível para o Exercício Seguinte e o Saldo Disponível do Exercício Anterior, conforme demonstrativo:

Memória de Calculo	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	3.093.110,78
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	(1.759.101,90)
= Resultado Financeiro do Exercício	1.334.008,88

Tabela 2

Quanto aos dispêndios, destaca-se os pagamentos de RPNP, que no exercício de 2023 findou com o valor total de R\$ 1.100.841,51 (um milhão e cem mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos), sendo este o valor principal, que somado às consignações, identificada no Balanço Financeiro como “Outros pagamentos Extraorçamentários, no valor de R\$ 12.892,20 (doze mil oitocentos e noventa e dois reais e vinte centavos) obtem-se o total de R\$ 1.113.733,71 (um milhão cento e treze mil duzentos setecentos e trinta e três reais e setenta e um centavos). Valor este compatível com o Anexo 1 do Balanço Orçamentário.

Observa-se que as informações de execução/pagamentos de RPNP também podem ser cruzadas com os dados contidos no Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante na coluna de “Baixa” de RPNP, com o valor total apresentado de R\$ 1.189.722,62 (um milhão cento e oitenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos), que descreve a soma do valor total pago de R\$ 1.113.733,71 (um milhão cento e treze mil duzentos setecentos e trinta e três reais e setenta e um centavos), valor este detalhado no parágrafo acima, e do total "cancelado" de R\$ 75.988,91 (setenta e cinco mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos).

Demonstrativo

Restos a Pagar Não Processado	1.189.722,62
Liquidados e Pagos	1.113.733,71
Principal	110.841,51
Consignações	12.892,20
Cancelados	75.988,91

Tabela 3

Logo, tais informações encontram-se em conformidade junto aos Anexos do Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro e na Demonstração da Dívida Flutuante.

3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, pois é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

O art. 105 da Lei nº 4.320/64 estabelece que o Balanço Patrimonial demonstra os ativos financeiros permanentes, os passivos financeiros e permanentes, o saldo patrimonial e as contas de compensação.

3.1. Ativo Circulante

O Ativo Circulante alcança aqueles ativos que possuem realização imediata e expectativa de realização até doze meses da data das Demonstrações Contábeis. Nesse grupo de contas, a DPE/RR demonstrou o registro através das contas Caixa/Equivalente de Caixa e Estoques no montante de

e R\$ 3.380.139,39 (três milhões trezentos e oitenta mil cento e trinta e nove reais e trinta e nove centavos).

3.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa finalizou o exercício de 2023 com saldo de exercício no valor de R\$ 3.093.110,78 (um milhão noventa e três mil cento e dez reais e setenta e oito centavos), sendo este conciliado com o FIP 630 - Razão Analítico por Conta/Conta Corrente (Conta Contábil - 1.1.1.1.1.03.04.01 / Conta Contábil - 1.1.1.1.1.05.02.00) e FIP 215 - Balancete de Verificação no FIPLAN, período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

3.1.2. Estoques

Esta conta compõe-se pelos materiais de consumo existentes no almoxarifado da DPE/RR, que são mensurados pelo valor de aquisição conforme Notas Fiscais. No que se refere ao controle desses ativos, foi realizado o levantamento do almoxarifado em 31/12/2023, e Balancete de Verificação-FIP/FIPLAN no valor de R\$ 287.028,61 (duzentos e oitenta e sete mil vinte e oito reais e sessenta e um centavos).

Outrossim a Comissão Inventariante instituída pela Portaria nº 1610/2023/DPG-CG/DG/DPG publicada no dia 12/05/2023, estabeleceu o dia 31/12/2022, para a execução dos trabalhos correlatos.

3.2. Ativo Não Circulante

3.2.1. Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Sendo composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou produção, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício), conforme MCASP - 9ª Edição.

Demonstrativo do imobilizado da DPE/RR:

Conta Contábil	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
1.2.3.1.0.00.00.00	BENS MÓVEIS	10.644.177,95	8.649.748,31
12.3.8.0.00.00.00	(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas.	(1.306.312,36)	(751.278,28)
1.2.3.9.0.00.00.00	(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(463.750,03)	(463.750,03)
1.2.3.2.0.00.00.00	BENS IMÓVEIS	1.904.967,17	1.904.967,17
Total Imobilizado		10.779.082,73	9.339.687,17

Tabela 4

3.2.1.1. Bens Móveis

Houve um aumento do saldo da conta bens móveis no exercício de 2023, no valor de R\$ 1.994.429,64 (um milhão novecentos e noventa e quatro mil quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Item	Descrição	Valor (R\$)
A	Saldo inicial de Bens Móveis	8.649.748,31
B	Aquisições de Bens Móveis no exercício	1.982.236,12
C	Aquisição por Doação	11.993,52

D	Ajuste	200,00
E	Saldo Bens Móveis (A + B + C + D)	10.644.177,95
F	Acréscimo efetivo em 2023 (E - A)	1.994.429,64

Tabela 5

Demonstrativo das movimentações ocorridas em 2023.

Fonte	Processo	Valor	Conta Contábil
Aquisição DPE	3385/2023	303.212,00	1.2.3.1.1.01.27.00
Aquisição DPE	3073/2022	151.390,85	1.2.3.1.1.01.33.00
Aquisição DPE	0335/2023	735.532,00	1.2.3.1.1.01.33.00
Aquisição DPE	0579/2023	95.720,00	1.2.3.1.1.01.33.00
Aquisição DPE	0262/2023	545.664,00	1.2.3.1.1.01.52.00
Aquisição FUNDPE	1040/2023	11.232,27	-
Ajuste	3754/2022	200,00	1.2.3.1.1.01.23.00
Doação	4158/2023	11.993,52	1.2.3.1.1.01.03.00
Aquisição FUNDPE	2162/2022	139.485,00	-
Total		1.994.429,64	

Tabela 6

Salienta-se que, conforme Lei nº 627/2007, os bens adquiridos pelo Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Roraima - FUNDPE/RR foram incorporados a DPE/RR.

Outrossim, para além das movimentações ocorridas na conta sintética “Bens Móveis” há também as reduções lançadas nas contas de Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada e de Redução do Valor Recuperável.

Ao comparar o imobilizado da DPE/RR do exercício de 2022 com o de 2023, verificou-se que ocorreu um aumento na conta de “Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas” no valor de R\$ 555.034,08 (quinhentos e cinquenta e cinco mil trinta e quatro reais e oito centavos), decorrente de trabalhos desenvolvidos no Processo nº 0461/2022 referente a depreciação dos períodos de 2017 a 2022. No entanto, não houve movimentação, no exercício de 2023, na conta “Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado”, permanecendo o mesmo saldo de 2022.

3.2.1.2. Bens Imóveis

No exercício de 2023, não houve alteração na conta 1.2.3.2.0.00.00.00 - Bens Imóveis, permanecendo assim o mesmo valor de R\$ 1.904.967,17 (um milhão novecentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete reais e dezessete centavos) que foi o mesmo de 2022.

3.2.1.3. Intangíveis

De acordo com o MCASP 9ª Edição, classifica-se nessa conta “um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços”. Ou seja, um bem incorpóreo atendendo aos critérios gerais do ativo.

No exercício de 2023, a conta sofreu aumento de R\$ 57.900,00 (cinquenta e sete mil reais) decorrente da aquisição de software de backup por meio do Processo nº 0788/2023.

3.3. Passivo Circulante

3.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Ao final do exercício de 2022 o saldo desta conta foi de R\$ 33.444,55 (trinta e três mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). Já ao final do exercício de 2023 a conta encontra-se zerada.

3.3.1.1 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A diferença entre os saldos do exercício de 2022 para o de 2023 é a maior em R\$ 73.494,95 (setenta e três mil quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos).

3.3.1.2 Demais Obrigações a Curto Prazo

Esse grupo do Passivo contempla valores restituíveis, depósitos em caução e outras obrigações decorrentes de cancelamento de despesas.

No exercício de 2023, a conta contábil que trouxe maior representatividade no grupo foi a 2.1.8.8.1.01.01.00 – Previdência Servidor - IPER, em decorrência do valor descontado dos servidores e consignado em Folha de Pagamento.

3.4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Destaca-se que o Resultado Acumulado se integra pelo saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos e os superávits ou déficits acumulados da administração.

Verifica-se que no exercício de 2023, a DPE/RR obteve o Resultado Acumulado Positivo, de R\$ 10.209.245,16 (dez milhões duzentos e nove mil duzentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), que é o somatório do resultado acumulado de exercícios anteriores e do exercício atual. Sendo que o resultado do exercício de 2023 apresentou um superávit de R\$ 3.296.429,64 (três milhões duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos).

3.5. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP - 9ª Edição, evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

O grau mais importante nas Variações Patrimoniais Aumentativas são as “Transferências Intragovernamentais”, que se referem às cotas financeiras recebidas da Unidade Financeira Central do Tesouro de Roraima, enquanto que a Variação Patrimonial Diminutiva - VPD mais significativa foi “Remuneração a Pessoal”.

Vale destaque para as linhas “Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras”, com R\$ 94.115,93 (noventa e quatro mil cento e quinze reais e noventa e três centavos), e “Transferências Inter Governamentais”, com R\$ 1.469.447,54 (um milhão quatrocentos e sessenta e nove mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), ambos sem saldo no exercício anterior e provenientes do Convênio Federal nº 931.601/2022, celebrado entre a DPE/RR e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Por fim, o demonstrativo apresenta saldo positivo de R\$ 3.296.429,64 (três milhões duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), em consonância ao superávit do Balanço Patrimonial. E um aumento de, aproximadamente, 61% em relação ao saldo do exercício anterior.

3.6 Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC no setor público é elaborada pelo método direto, sendo que a DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos, são eles:

- operacional;
- investimento; e
- de financiamento.

A soma dos três fluxos corresponde à diferença entre os saldos de Caixa e Equivalente Caixa iniciais e finais.

Os valores de “Outros Ingressos Operacionais” e “Outros Dispendios Operacionais” referem-se às movimentações ocorridas nas contas do caixa no exercício de 2023, que foram realizados por Nota de Lançamento Automático - NLA, Registro da Receita Extra-Orçamentária - RDE, Nota de Ordem Bancária Extra-Orçamentária - NEX e Nota de Lançamento Contábil - NLC." (Nota explicativa).

Em análise a DFC do exercício de 2023, observou-se, assim como na coluna referente ao exercício anterior, a não movimentação no “Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos”. Diferente do “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais” que apresentou um aumento de 43% em relação ao exercício anterior, e o “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos” que também apresentou um aumento de 82%. Ao final demonstrando um saldo no valor de R\$ 3.093.110,78 (três milhões, noventa e três mil, centoe dez reais, e setenta e oito centavos), compatível com o apresentado no Balanço Patrimonial, totalizando um aumento de 76% em relação ao exercício de 2022.

II - NO EXERCÍCIO DE 2023 NÃO OCORREU IRREGULARIDADES QUE RESULTARAM EM DANOS AO ERÁRIO;

III - NÃO TEVE OCORRÊNCIA DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS ADOTADAS PARA RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO, NOS TERMOS DOS ARTS. 3º E 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 006/2014, UMA VEZ QUE NÃO HOUVE DANOS AO ERÁRIO;

IV - NO ÂMBITO DA DPE/RR NÃO FOI INSTAURADO TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS NOS TERMOS DO ART. 5º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 006/2014;

V - NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES DO TCE/RR ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS;

IV - NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES DO TCE/RR PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do Controle Interno são de obter segurança razoável para expressar conclusões sobre as demonstrações contábeis, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da DPE/RR, incluindo as respectivas notas explicativas, estão livres de distorção relevante, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, e se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

A análise integra as contas relativas ao exercício de 2023 dos gestores da DPE/RR. Foi planejada e executada com fundamento na IN nº 002/2017 do TCE/RR, considerando a materialidade, o

risco avaliado, o nível de segurança atribuído aos controles e de acordo com as normas contábeis aplicadas ao setor público e com os dispositivos, em especial, da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os resultados do trabalho incluem o presente relatório de auditoria e o certificado de auditoria, que irão compor o processo de contas anuais dos responsáveis para fins de julgamento do TCE/RR.

Este relatório teve como alicerce os demonstrativos e relatórios que fazem parte desta Prestação de Contas, observando o desempenho administrativo, no que se refere à utilização dos recursos orçamentários e financeiros transferidos para a instituição, visando obter dados que comprovem os resultados, em conformidade com o planejamento e autorização da Lei Orçamentária .

Considerando que a DPE/RR possui o intuito de prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita aos necessitados, assim considerados na forma da Lei, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas do Estado.

Ante do exposto, verifica-se que a DPE/RR geriu de forma responsável os recursos recebidos no exercício de 2023, na qual buscou a otimização da aplicação dos recursos visando atingir as metas previstas para o exercício, mesmo com a limitação do orçamento diante da demanda da instituição, trabalhou com os recursos recebidos, com objeção ao alcance de objetivos específicos.

Em face do exposto, este Controle Interno, conclui este relatório.

Em 20 de março de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **IRENE ROQUE DOS ANJOS, Chefe de Controle Interno**, em 22/03/2024, às 12:41, conforme horário oficial de Boa Vista/RR, com fundamento no art. 6º, § 1º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), e Portarias DPG nº [877, de 1º de setembro de 2017](#) e nº [1251, de 15 de dezembro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.rr.def.br/autenticidade>, informando o código verificador **0554597** e o código CRC **E48F9E1E**.